

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INCLUSÃO

**ESTUDO DA SOCIALIZAÇÃO DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
NA INCLUSÃO DO ENSINO REGULAR**

GUARATUBA

2004

IVONE APARECIDA BORBA

**ESTUDO DA SOCIALIZAÇÃO DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA NA INCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR**

Monografia apresentada requisito para a
conclusão do Curso de Pós-Graduação em
“Inclusão” da Universidade Federal do
Paraná – UFPR.

GUARATUBA

2004

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. A DEFICIÊNCIA.....	03
1.1– O deficiente Auditivo.....	05
2. A FAMÍLIA E A QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA.....	10
3. A ESCOLA E O DEFICIENTE AUDITIVO.....	15
4. A AÇÃO PEDAGÓGICA.....	19
4.1 O Processo de Alfabetização.....	22
4.2 A Educação Artística.....	23
4.3A Educação Física.....	25
CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

A necessidade educacional da criança deficiente auditiva é a mesma que a de qualquer outra criança em idade escolar. Porém, dada às dificuldades que lhe são próprias, torna-se necessário estimulá-las ao aprendizado, mais cedo ou mais tarde, para integrar-se à vida quotidiana da qual faz parte na escola e no meio social de sua comunidade.

Para promover esse aprendizado, foi visado o desenvolvimento integral do deficiente auditivo, fez-se necessário à união de esforços entre a família e a escola.

Ao professor, coube desenvolver técnicas que facilitaram a comunicação do deficiente ao mundo que o cerca. A família deve auxiliar o professor nesse trabalho e fazer o possível para integrá-lo à sociedade.

Para discorrer sobre esse tema, este trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro trata da deficiência em geral e da deficiência auditiva, mostrando suas principais características e dificuldades.

No segundo, aparece a importância do trabalho e a postura da família frente à deficiência.

O terceiro capítulo traz o deficiente para dentro da escola, mostrando a importância do trabalho do professor em consonância ao trabalho desenvolvido pela família

Depois de discutidas essas questões, exemplificam o trabalho que pode ser feito na escola em termos de alfabetização, educação artística e educação física, atividades essas que ajudam no desenvolvimento integral do deficiente auditivo e o preparam para o prosseguimento dos estudos.

CAPÍTULO 1 – A DEFICIÊNCIA

A deficiência é, genericamente, um fenômeno que se manifesta como decorrente de uma anomalia de estrutura ou uma anomalia de aparência do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou sistema, independentemente de sua causa. Trata-se, em princípio, de uma perturbação de tipo orgânico, manifestada na pessoa através de aspectos físicos ou mentais, que são vistos pela sociedade como fora dos padrões considerados “normais”.

As deficiências podem ser classificadas em: congênitas e adquiridas.

A deficiência congênita é aquela que se estabelece no indivíduo antes ainda de seu nascimento ou ao nascer, podendo ser causada por traumatismo de parto, doença durante a gravidez, subnutrição na gestação e hereditariedade.

A deficiência adquirida é aquela que vem como consequência de uma doença ou acidente ocorrido durante a vida do indivíduo.

Na idade média os portadores de deficiências físicas e mentais eram vistos, freqüentemente, como possuídos pelo demônio e, portanto, eram queimados com as bruxas.

Durante o renascimento, muitos indivíduos com essas características eram considerados desafortunados, hospitalizados e tratados com atenção.

Sempre houve contradições quanto a postura frente ao deficiente de acordo com as várias culturas dos povos.

A literatura relata várias formas de encarar o fenômeno: Os Índios Masai matavam suas crianças deficientes; a tribo Azande as amava e as protegia. Os Chagga, da África Oriental, usavam seus membros excepcionais para afastar o mal; Os Junkum, do Sudão, achavam que essas pessoas eram produtos dos espíritos do mal e os abandonavam à morte (BUSCAGLIA, 1993, p. 182).

Já há muito tempo diversos autores se posicionaram em relação à deficiência.

Aristóteles e Diógenes, Hipócrates e Galeno buscavam compreensão sobre estes fenômenos. Estudaram a epilepsia, a loucura e a debilidade mental. Esses estudos e outros foram base para descobertas importantes sobre o homem quanto à saúde, o futuro e o comportamento.

Em termos de Brasil, a deficiência tem sido pouco discutida.

Em nossa sociedade, moderna e esclarecida, dois terços do mundo não possui serviços médicos ou educacionais especiais para o deficiente. O outro terço ainda rotula estas pessoas e as segrega física, educacional e emocionalmente, do resto da população.

O termo “Pessoa Portadora de Deficiência” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar, por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social “normal” em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, e suas capacidades físicas ou mentais” (RIBAS, 1995, p.10).

Quanto aos aspectos que são afetados em cada pessoa a deficiência “é um fenômeno social assim como mental ou físico. Diferença de qualquer espécie criam respostas sociais, que podem levar a discriminação, rejeição e atribuição de um status social inferior” (BUSGCAGLIA, 1993, p.198).

Desse modo, pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta qualquer característica física ou mental aparente ou não, que limita suas possibilidades de participação na sociedade em que está inserida.

Uma das formas de deficiência é a auditiva.

1.1 - O Deficiente Auditivo

“Um menino anormal é a mesma coisa que um menino doente? Praticamente a confusão entre anormal e doente não tem grande importância. Há casos, porém, em que a distinção pode ser útil. O melhor seria recorrer à palavra anômalo, que significa irregular. Anormal designa tudo que é contrária a regra, à lei” (MARINHO, 1956, p.81)

Assim, o deficiente auditivo é considerado um indivíduo anormal, pois normal é ouvir.

O que é então um surdo?

Surdo é todo indivíduo cuja audição não funciona na sua vida diária. Divide-se em dois grupos: a surdez congênita, isto é, aquela que nasceu com a pessoa e surdez adquirida – o que nasceu ouvindo, mas devido a um acidente ou uma doença perdeu sua audição.

Segundo PARELLO & TORTOSA, a surdez é um estado patológico do órgão auditivo de várias etiologias, herdado ou adquirido que produz surdez na primeira infância e que impede ou faz esquecer a linguagem (PARELLO & TORTOSO, 1968, p. 61).

Segundo ROUCEK , “A perda da audição produz, nas crianças, defeitos de articulação de palavras. A perda da audição e sua gravidade, juntamente com a época do acontecimento (seja congênita ou adquirida), determinarão em grande parte, o ajustamento ou o mau ajustamento da criança ao mundo que ouve” (ROUCEK, 1973, p.112).

Entretanto, todas as pessoas tidas como surdas possuem resíduos de audição, em alguma frequência.

Os portadores de surdez perceptiva, só conseguem ouvir razoavelmente as baixas frequências.

Os portadores de surdez de condução reclamam, freqüentemente, que as pessoas falam baixo. Gostam de lugares barulhentos e ouvem aparelhos de som. Rádio e televisão com um volume desagradável para àqueles que possuem audição perfeita.

Os distúrbios da audição podem surgir em qualquer época da vida. Uns são transitórios, outros permanentes; uns são progressivos, outros estacionários.

O médico deverá verificar se a surdez é perceptiva, condutiva ou mista, através de exame de audiometria potencial evocado e outros exames complementares.

A audiometria é muito importante para determinar não só em que grau o indivíduo percebe os sons, mas também para constatar quantitativa e qualitativamente os prejuízos que seus ouvidos podem apresentar.

Na surdez parcial ou hipoacusia – que é um problema do ouvido médio – há uma queda nos tons graves.

Na surdez total ou anacusia, a falta de audição prejudica muito o indivíduo no que diz respeito a sua comunicação e relacionamento social.

Um procedimento comum, embora equivocado, é referir-se às pessoas portadoras de deficiências em geral como “deficientes físicos” desconsiderando as áreas sensoriais a que se referem com as deficiências visual, auditiva, ou casos associados.

São fundamentais, para a atuação com deficientes auditivos, os processos de treinamento e de adequação para a influência social. O preparo, com profissionais competentes, podem melhorar as pessoas tornando-as capazes de conviver, de estabelecer relacionamentos considerados normais.

Isto significa a possibilidade de poderem constituir família e ter uma vida **normal** e conviver em uma realidade em que as pessoas executam seus papéis e tarefas na sociedade em que estão inseridas.

Os portadores de alguma deficiência sofrem sérias dificuldades no decorrer de sua vida. A sociedade cria um padrão para determinar as pessoas consideradas normais.

O indivíduo que não está dentro desse padrão é considerado “diferente” e sofre discriminação, rejeição e até mesmo abandono por não pertencer à “normalidade” que o próprio homem criou.

As influências da sociedade sobre as expectativas com relação a esse padrão são observadas no comportamento do indivíduo desde criança. Quando estes padrões se incorporam, a criança percebe a diferença no outro. As brincadeiras nas escolas ou na própria residência diante de um deficiente são impregnadas pelas piadinhas e brincadeiras chamando o outro de surdo. Bobo e outras formas discriminatórias.

Dessa forma, são pré-condicionados os padrões de perfeição física desde a infância. A sociedade vai introduzindo valores e interferindo na imagem ideal criando, assim, os seres “incapazes”.

Todos nós, permanentemente, formamos idéias sobre pessoas e situações baseadas em informações parciais de diferentes fontes. Muitas vezes não percebemos o quanto julga e decide sobre como “as pessoas são ou deixam de ser”.

Aos profissionais de comunicação cabe o poder de produzir informações, crescendo sua responsabilidade social. Cabe a eles refletir, constantemente, sobre a importância de seu papel de formar a opinião pública e de favorecer ou não a transformação social.

Os meios de comunicação de massa influenciam na interpretação da sociedade; as informações mal vinculadas, carregadas de preconceitos, são interpretadas erroneamente e acabam reforçando

estigmas e posturas preconceituosas, rejeições e manifestações que subalternizam os deficientes.

Essa questão da aceitação do deficiente a partir do olhar “normatizador” da sociedade gera o estigma e motiva as práticas profissionais. Motiva, ainda, a análise dos grupos em que estas pessoas vivem, como por exemplo, a família e a escola.

CAPÍTULO 2 – A FAMÍLIA E A QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA

A família sofreu e está sofrendo devido a uma nova compreensão das relações intrafamiliares. Uma realidade de profundas mudanças que se manifesta por diversos fenômenos: novas concepções e técnicas de procriação, redução do número de filhos, mudanças políticas e econômicas externas e internas, emancipação e trabalho da mulher, mudança na maneira como se dá o conflito das gerações, existência ou superposições de vários modelos familiares e outras razões.

O termo família originou-se do latim *famulus* que significa: conjunto de seres e dependentes de um chefe ou senhor.

Segundo CONCEIÇÃO, “A família não funciona como um organismo isolado. Tem seus laços de ligação com a sociedade e reproduz internamente os valores oriundos desta. Assim, por este motivo, está preparada para lidar com as situações mais comuns, mais “normais” (CONCEIÇÃO, 1984, p.17).

A família, em si é sempre igual, o que muda é a função da família ou dos membros que se compõem, conforme o tempo e valores.

A família muda porque há mudanças na sociedade. A família tradicional era mais reservada, mais voltada para suas relações internas e reduzido contato externo. Na cidade grande é diferente, varia conforme o processo sócio-econômico.

Na classe alta é mais liberal e emocionalmente mais fria. Na classe média, as famílias são mais reservadas. A luta pela sobrevivência, o trabalho da mulher, o tamanho das cidades, a própria industrialização alteram a composição da família.

No aspecto específico do fenômeno estudado, a família se depara com a realidade da deficiência quando tem, em seu convívio, um indivíduo parcial ou totalmente dependente. Sua falta de conhecimento e, muitas vezes de condições financeiras ou psicológicas para entender o problema acabam gerando mais problemas ainda.

Um portador de deficiência, seja ele auditivo ou outra deficiência qualquer, quebra toda uma estrutura construída de sonhos e ilusões, a partir de uma ideologia cultural imposta por uma sociedade que não aceita diferenças, uma sociedade que escultura como uma pessoa deve ser em seu aspecto físico. “Grande parte da família não está preparada para receber um membro diferente principalmente por receber toda a carga ideológica, interior de nossa família” .

É comum a família, com a chegada de um deficiente, passar por várias fases para aprender a conviver com a nova realidade de ter um filho com limitações.

No primeiro momento do choque, surge a pergunta: “Por que eu?”

No segundo momento, negação; a família busca ajuda de todas as formas, esgotando-se as esperanças na tentativa de engano do diagnóstico; busca ajuda espiritual. Nessa fase envolve-se técnicos, família e amigos.

Segundo BUSCAGLIA, "É errada a atitude dos pais de tentarem disfarçar os fatos apresentados à família e aos parentes, no intuito de amenizar o choque, pois, na maior parte dos casos, esse comportamento representa uma forma inconsciente de esquivar-se uma responsabilidade desagradável (BUSCAGLIA, 1993, p.85/86)".

Na terceira fase, cólera: afasta-se do mundo para viver o luto. Consideram-se perseguidos porque acreditam que não é justo terem esse ser doente na família, atribuindo as falhas externas e exigindo direitos da comunidade, acabam desconfiando dos profissionais e do tratamento oferecido.

Na quarta fase: convivência com a realidade. A instabilidade é presente, oscilam entre aceitação e rejeição, há dificuldades de mencionar o problema, expor os sentimentos em relação a esse limite. Buscam esconder o filho pela instabilidade emocional que é permanente.

Na quinta fase: expectativa frente o futuro, oscilação, medo, insegurança, sentimentos desvalorizantes, utópicos ou evasivos, hipervalorizantes, realistas e outras.

Os familiares se deixam levar por tudo o que acontece. Assim sua situação é angustiosa, de obsessão, isolamento, ocultação, pessimismo, vergonha e desespero. Muitas vezes chegam a rejeitar a criança que lhes trouxe problemas.

Os pais devem receber ajuda a fim de compreender que seus próprios sentimentos em relação à deficiência de seus filhos, durante a infância, podem servir de obstáculos às oportunidades da criança de atingir a maturidade.

Estes pais necessitam de orientação em relação à disciplina dessas crianças, pois por se sentirem culpados, agem de maneira errônea. A criança deficiente também deve aprender a viver com a família e com o mundo. Para tanto devem ser treinados a enfrentar os obstáculos impostos pela sociedade.

Os pais são os primeiros mestres, portanto, precisam conhecer o como e o porquê dos processos iniciais do desenvolvimento mental, físico e emocional.

As crianças nascem para viver na medida em que seus pais os vejam como crianças com limitações. Mas, que como as outras, tenham direitos a experiências e oportunidades iguais.

Verificamos, portanto, a grande importância do papel dos familiares diante de um deficiente. No entanto, nos está claro que, o que realmente ocorre, é uma carência de conhecimento e incentivo para que cada um dos membros familiares realize sua parte na educação e desenvolvimento do deficiente.

As pessoas estigmatizadas são pessoas que, muito embora tenham sido criadas nesta sociedade e nesta cultura, não são reconhecidas nem por esta sociedade e nem por esta cultura.

O deficiente auditivo é uma pessoa, antes de tudo, e tem os mesmos direitos que as pessoas "normais". No seu ritmo próprio à sua maneira e por seus próprios meios elas, com suas limitações, atinge seu potencial existente em seu ser. Somente ele pode superar suas dificuldades e encontrar a si mesmo.

As pessoas portadoras de deficiência auditiva possuem necessidades semelhantes de amar e ser amado, do aprender a partilhar, crescer e experimentar, no mesmo mundo em que vivemos. Elas não têm um mundo separado. Existe apenas um mundo.

CAPÍTULO 3 – A ESCOLA E O DEFICIENTE AUDITIVO

Toda evolução do ser humano depende do meio e da orientação recebida tanto no lar como na escola, e nas convivências de um modo geral. Estudos estatísticos comprovam que não bastam os fatores físicos, psíquicos, somáticos ou morfológicos para que o indivíduo adquira, sem esforço, o desenvolvimento intelectual e instrucional da nossa espécie.

Para o crescimento normal, a criança necessita de cuidados especiais, de alimentação, zelo para sua saúde e principalmente de carinho e afeto. A criança portadora de deficiência auditiva necessita dos mesmos cuidados, cuidados esses extensivos à escola.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação do Paraná- SEED “A escola precisa encontrar alternativas para trabalhar o aluno particular, com características próprias, representantes de um meio social específico. Esta priorização das particularidades deve ser realizada à luz da educação enquanto um fenômeno social” (SEED, 1993, p.35).

Os gregos e os romanos consideravam os deficientes auditivos incapazes de serem educados. Isto porque não conheciam os métodos e técnicas para tanto.

É bem verdade que as crianças portadoras de deficiência auditiva fogem aos padrões normais de educação tradicional. São diferentes das crianças que ouvem, sua educação tem que ser cuidada especialmente e

dirigidas por profissionais e terapeutas especializados, tomando-se possível educa-las.

Não podemos negar que para a integração do surdo as dificuldades são grandes, pois lhe falta a condição básica – a comunicação oral. Mas, junto com essa barreira, há aspectos positivos que ainda não foram totalmente e integrados e aproveitados. A grande capacidade de concentração, a percepção visual, a franqueza, a perseverança são características facilmente encontradas no Deficiente Auditivo (EPHETA, 1983, p.89).

Assim, é possível educar a criança portadora de deficiência auditiva, explorando-lhes os aspectos positivos.

O principal problema da criança portadora de deficiência auditiva é a comunicação, é a dificuldade em aprender a falar.

Segundo AVERY, “A criança com uma audição permanentemente comprometida, pela própria natureza do seu distúrbio, sofre desvantagens que produzem um impacto em seu desenvolvimento e ajustamento total. Em geral, o que mais faz notar nela é o seu modo diferente de falar” (AVERY, 1982, p.63).

Por isso, ela é frustrada na sua maneira de comunicar-se, de expressar-se, havendo necessidade de dar expansão às suas emoções de outra forma: trabalhando a livre expressão, fazendo a pessoa perceber que existem outros canais de recepção e de comunicação além da linguagem oral. “A linguagem, pois, não se limita apenas à sonoridade vocal, à atividade isolada de determinado órgão. Mesmo sem manifestação exterior, o homem pode estar realizando linguagem” (SEED, 1994, p.29).

Através da expressão plástica, desenho, pintura, modelagem ou da construção tridimensional, o deficiente “fala”, grita mostra-se e revela-se ao mundo. São atividades não verbais que têm contato direto com as emoções, os sentimentos e o intelecto, trazendo à tona o que as palavras podem traduzir. Mas tudo isso não basta. É claro que são formas importantes para a comunicação da criança portadora de deficiência auditiva, mas a palavra falada, é ainda mais importante no sentido de sua integração à sociedade.

O ouvido, longe de ser simplesmente um órgão anatômico, é uma antena aberta para a comunicação, é responsável pela audição que organiza toda a dinâmica neurofisiopsicológica do indivíduo. A escuta insere o homem no universo, ultrapassando seus limites anatômicos, engajando-o num processo total de comunicação.

O deficiente auditivo recebe estímulo acústico quantitativa e qualitativamente diferente ao do ouvinte normal. Esta percepção não se vê afetada somente em sua primeira instância, à recepção do som, mas sim em todo o processo perceptual, através de qual os sons chegam a adquirir significados.

Perceber auditivamente, não é só receber um montante de estímulos sonoros, mas sim, após a recepção, estrutura-lo de forma temporal, e compreender o sentido da realidade sonora.

Com o exposto, percebe-se que o atendimento às necessidades especiais das crianças com defeitos de audição requer a cooperação e as habilidades especializadas de professores. Entretanto, só os professores não conseguirão resultados de excelência. É preciso, como já dito anteriormente, o

empenho da família, ou como diz AVERY: “De não menor importância são os pais e a comunidade como um todo”, (AVERY,1982, p.64).

CAPÍTULO 4 – A AÇÃO PEDAGÓGICA

A educação da criança portadora de deficiência auditiva, apresenta responsabilidades diferentes e singulares. Diferentes problemas educacionais se apresentam ao educador que trabalha com uma criança portadora de deficiência.

É necessário, primeiramente, que o educador conheça a extensão do problema, levando em consideração a cultura, o grau de surdez e a idade em que o indivíduo tornou-se surdo.

Entretanto, a deficiência auditiva representa barreira intransponível para o aprendizado, mas algo que afeta o portador da deficiência é o fato de as pessoas pensarem nele como surdo, antes de pensarem qualquer outra coisa.

Assim, a primeira ação pedagógica deve ser dirigida a esse tema. Fazer com que indivíduos portadores de deficiência se sintam valorizadas como pessoas. Para isso, é preciso que os próprios professores vejam esses indivíduos como pessoas completas antes de o verem como deficientes.

Segundo CONCEIÇÃO, 1984, o professor deve entender o desenvolvimento da criança portadora de deficiência auditiva como "...um processo global onde diversas áreas se interligam e são dependentes umas das outras". A afetividade é a primeira etapa a ser contemplada:

A afetividade é a base para todas as ligações do indivíduo com o meio, desenvolve-se através das relações que o indivíduo estabelece com o outro.

Uma criança que vive isolada não prejudica as demais áreas do seu desenvolvimento. As ligações afetivas devem corresponder às necessidades que ela apresenta em cada fase do seu desempenho. A partir dos primeiros contatos com seus familiares e com o mundo, através das relações pessoais, a afetividade se desenvolve e se estrutura possibilitando a criança amadurecer de maneira harmoniosa (CONCEIÇÃO, 1984, p.51).

Sem um clima de afetividade o professor terá dificuldades em fazer seu aluno deficiente auditivo aprender. "... aprender a aprender é possível também nos deficientes, por mais condições adversas que possam se apresentar" (BUSCAGLIA, 1993, p. 41).

O desenvolvimento da fala é importantíssimo para a criança surda. Nessa ação, devem ser envolvidos os professores e os familiares. O primeiro passo, é possibilitar o aumento da conscientização em relação à região oral, a fim de torna-la apta a realizar os movimentos coordenados e precisos que a articulação exige.

O trabalho deve ser iniciado na fase de aquisição da linguagem, estimulando a criança precocemente, para possibilitar-lhe um desenvolvimento normal.

Pais e Educadores devem assumir determinadas atitudes diante da criança a fim de assegurar o desenvolvimento da linguagem o mais natural possível. Para que a criança descubra que falar significa algo que tem um valor simbólico, deve-se captar suas expressões, dando-lhes um significado, isto é, interpretando a sua intenção comunicativa, reagindo, dando margem ao diálogo, à comunicação (SEED, 1994, p.128).

Exercícios fonoarticulatórios devem ser feitos metodicamente, até que a criança aprenda a falar. É importante que os pais e os professores falem com a criança surda, estimulando-a a aprender.

Ao lado do ensino da fala, deve ser ensinada também a linguagem de sinais, pois se constitui de um meio eficaz de comunicação e de ensino.

Segundo documento acima mencionado, alguns aspectos importantes devem ser observados, na educação do deficiente auditivo:

- Cultivar e explorar ao máximo as possibilidades próprias da criança;
- Conscientizar a criança da existência de um mundo sonoro e da linguagem;
- Encorajar as produções sonoras espontâneas da criança nos primeiros meses de vida;
- Comunicar-se normalmente com a criança e não de forma artificial e fragmentada;
- Desenvolver o trabalho sempre de forma significativa e agradável;
- Aproveitar todo o potencial das diferentes vias perceptivas, na medida em que desempenham um papel fundamental na percepção de estímulos do ambiente.

Para essas ações, é fundamental que o trabalho desenvolvido na família tenha continuação na escola, e vice-versa.

Antes de serem iniciadas as atividades propriamente ditas, é preciso que o professor reconheça nos portadores de deficiência auditiva a grande capacidade que eles têm para perceberem os sons, ainda que apenas por via corporal.

Um ponto relevante na ação pedagógica para o deficiente auditivo é a leitura labial, pois é assim que ele interpreta a fala das pessoas. "... todo

trabalho de leitura labial, além de preconizar uma boa articulação, com movimentos adequados dos órgãos fonoarticulatórios deverá envolver situações significativas para que a interpretação de tais movimentos seja facilitada” (SEED, 1994, p.95).

Com estes aspectos básicos contemplados, professor e aluno estarão prontos para o passo seguinte – a alfabetização.

4.1 – Processo de Alfabetização

Para a alfabetização do indivíduo portador de deficiência auditiva, alguns aspectos específicos devem ser considerados, levando-se em conta a necessidade de substituição do canal sensorial fundamental para o estabelecimento de relações cognitivas.

Como a criança surda tem sua capacidade de oralidade reduzida, necessário se faz a utilização de uma gama muito grande de recursos visuais, equivalentes à escrita em seu conteúdo, tais como o gesto, o desempenho e, principalmente, os elementos do código escrito, o mais precocemente possível.

Este, é um canal alternativo que permitirá ao deficiente atingir a compreensão da oralidade, vendo ao invés de ouvir, superando porém, os obstáculos biológicos que lhe são próprios.

“Considerando-se que o processo de aquisição da linguagem escrito deva estar intimamente ligado a contextos significativos para o aluno, sugere-

se que o trabalho de sistematização da língua deva apreender a palavra de interação verbal” (SEED, 1994, p.136).

“No caso de deficiente auditivo, é imprescindível que o conteúdo a ser veiculado pelo material escrito surja da interação de todos os elementos do grupo, a fim de facilitar a associação do conteúdo registrando às experiências vivenciadas e sobretudo, oportunizando a reflexão sobre a relação oralidade/escrita” (SEED, 1994, p.136).

O professor deve aproveitar o máximo da contribuição que o aluno, possa dar, entendendo sua mensagem seja ela transmitida por meio de gesto, desenho ou expressão facial.

Toda e qualquer atividade que possa ajudar a consolidar a aprendizagem deve ser desenvolvida. A leitura é uma delas, pois o texto deve ser o ponto de partida. A criatividade do professor em desenvolver atividades, a partir das necessidades dos alunos, será de grande importância nesse processo.

As atividades realizadas devem constar, não só dos registros próprios do professor, mas também, no caderno do aluno, “... para que ele acompanhe o processo de apropriação da escrita gradativamente e tenha oportunidade de retornar conteúdos já trabalhados, quando necessário” (SEED, 1994, P.137).

4.2 – A Educação Artística

Existe no interior da psique da criança tanto no adulto, um processo que se desenvolve abaixo do nível da consciência e cuja atividade tende a

organizar harmoniosamente os esboços das imagens que tomam forma no inconsciente. O equilíbrio psicológico só se torna possível quando esse processo inconsciente encontra condições para desdobrar-se, isto é, quando são permitidas e estimuladas as diversas modalidades da função imaginativa. Esta, corresponde à fantasia, elaborada espontaneamente, traduzindo-se na expressão criadora que utiliza a cor, a linha e, principalmente, a palavra.

O deficiente auditivo tem tanta capacidade de fantasiar como qualquer outro ser humano. É preciso que a ação educativa saiba explorar essa capacidade, fazendo a criatividade artística do aluno.

“Os melhores métodos para Artes são aqueles que facilitam a sensibilidade do aluno para os problemas, levando-o espontaneamente às descobertas dos fenômenos artísticos e incentivando-o para o trabalho criativo” (SEED, 1994, p.158).

Dessa forma, os alunos com deficiência auditiva, devem ter oportunidades para a criação e expressão em todas as suas formas: artes plásticas; artes cênicas; dança e música.

As artes cênicas oportunizam a expressão oral e a criação de uma estética própria.

A música pode ser explorada a partir do ritmo, segundo as tendências próprias dos alunos.

4.3 – A Educação Física

Constituindo-se de disciplina integrada dos currículos das escolas, sua prática deve ter caráter recreativo, favorecendo hábitos saudáveis, bem como ajudando no desenvolvimento físico e mental do indivíduo.

Para o deficiente auditivo, a Secretaria de Estado da Educação- SEED, recomenda ao professor:

- Falar pouco e pausadamente ao se dirigir para o aluno, possibilitando que este possa ser através dos movimentos dos lábios.
- Ao dar explicações usar gestos bem acentuados, linguagem de sinais e demonstrar os movimentos solicitados; recomenda-se o uso de cartões descritivos e quadro de giz para reforçar as explicações.
- A posição do professor deve ser tal que a luz incida sobre seu rosto, de modo que o aluno possa ver claramente os movimentos de seus lábios.
- Escolher como primeira atividade àquela que os alunos da turma já conheçam ou que já praticam anteriormente.
- Tomar cuidados especiais com alunos portadores de prótese auditiva durante a participação em certas atividades.
- Usar bandeirinhas coloridas e apito para a orientação das atividades práticas e arbitragem de jogos.

Essas, são atividades que podem ser desenvolvidas desde a alfabetização. A continuação dos estudos será mais facilmente conduzida, desde que o trabalho do professor receba consonância com as atitudes familiares.

Para concluir, decidimos por bem transcrever alguns princípios básicos elencados por AVERY (1982), para a competência do professor que atuará com a educação da criança portadora de deficiência auditiva. São eles:

1. Saber ensinar técnicas, o currículo escolar e matérias apropriadas.
2. Ser um bom modelo de elocução e audição para seus alunos (a boa elocução e o bom ouvido são essenciais à percepção dos erros de elocução e de linguagem das crianças).
3. Compreender o desenvolvimento normal da linguagem e da fala e ter a habilidade de diagnosticar e corrigir os erros cometidos pelas crianças.
4. Compreender o mecanismo dos aparelhos de surdez e a maneira de manipula-los e usa-los.
5. Conhecer as técnicas necessárias para ensinar às crianças a linguagem receptiva.
6. Ser capaz de interpretar diagnósticos (médicos, audiológicos e psicológicos) aos pais e aos mestres regulares.
7. Saber apreciar as forças e necessidades dos pais, prestar-lhes assistência normal, uma orientação educacional apropriada e, se necessário, encaminha-las a uma agência orientadora.
8. Conhecer os recursos da comunidade, tanto médicos como educacionais, psiquiátricos e vocacionais (AVERY, 1982, p. 84)

Com uma ação educacional adequada, pais e professores conseguirão preparar seus filhos e alunos deficientes auditivos para enfrentarem o mundo, ajustando-se a ele.

5 - CONCLUSÃO

O capítulo 1, que estudou a natureza da deficiência em geral e da deficiência auditiva, constituiu-se em premissa para o que foi desenvolvido no segundo e terceiro capítulos, pois sem o conhecimento das principais características do problema não é possível à família e à escola desenvolverem um trabalho eficiente junto ao portador de deficiência.

Esse capítulo, além de demonstrar as principais características e dificuldades de deficiência, mostrou ainda a postura da sociedade para as pessoas que não se enquadram no que é considerado “normal”, segundo padrões por ela estabelecidos.

No segundo e terceiro capítulos, mostramos, como era de se esperar, o que a família e a escola devem fazer para que o deficiente auditivo consiga superar suas limitações, desenvolvendo-se e integrando-se à sociedade.

O sucesso da aprendizagem deste aluno, depende do trabalho desenvolvido conjuntamente pela família e pela escola.

A ação pedagógica contida no último capítulo, deve ser composta não só de conteúdos curriculares, mas de ações que desenvolvam a auto-estima do aluno, sua afetividade e características próprias do fenômeno estudado. Com essa abordagem, torna-se mais fácil levar o deficiente auditivo à aprendizagem, principalmente se o trabalho do professor tiver consonância com o da família.

Face às dificuldades específicas, o professor é obrigado não só a planejar as atividades desenvolvidas, mas a monitorá-las de forma que o desenvolvimento do aluno aconteça naturalmente.

O objetivo desta pesquisa, foi o de fornecer subsídios para o trabalho conjunto entre a escola e a família, no sentido de permitir, ao deficiente auditivo, a construção do seu conhecimento.

Sendo apenas básico, cada professor, no confronto diário com os fatos concretos, deverá usar sua criatividade para desenvolver novas atividades obedecendo às demandas próprias do seu aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVERY, Charlotte B. *et al.* **Educação de excepcionais**. 3. Ed. Rio de Janeiro:Globo, 1982.

BUSCLAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento**. Tradução Miranda. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CONCEIÇÃO, Jeoginearle de França *et al.* **Como entender o excepcional deficiente mental**. Rio de Janeiro:Rotary Club, 1984.

EPHETA. **Programa de orientação profissional de escola para surdos**. Curitiba: Divisão de Recursos Didáticos do Centro Federal de Educação Tecnológica, Curitiba - Pr, 1983.

MARINHO, Inezil Penna. **Curso de psico-pedagogia hedonista**. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1956.

PARELLO, Jorge & TORTOSA, Francisco. **Surdomudez**. Barcelona: Científico. Médica, 1968.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROUCEK, Joseph. **A criança excepcional**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. 2 Ed. São Paulo: 1973.

SEED. **Fundamentos teórico-metodológicos para a educação especial**. Curitiba/PR: Secretaria de Estado da Educação, 1994.

_____. **Tendências pedagógicas na prática escolar e suas implicações na educação especial**. Curitiba/PR: Secretaria de Estado da Educação, 1993.